



CMYK



# Economia

Editor: Carlos Alexandre de Souza // carlosalexandre.df@dabr.com.br  
3214-1148 / 1191 (Economia)



8 • CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, terça-feira, 4 de maio de 2021

<b>Bolsas</b> Na segunda-feira São Paulo: <b>0,27%</b> Nova York: <b>0,7%</b>	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias 121.053 / 119.209 28/4 / 29/4 / 30/4 / 03/5	<b>Salário mínimo</b> <b>R\$ 1.100</b>	<b>Dólar</b> Na segunda-feira <b>R\$ 5,419</b> (▼0,24%) Últimas cotações (em R\$) 26/abril: 5,448 27/abril: 5,461 28/abril: 5,361 29/abril: 5,336 30/abril: 5,432	<b>Euro</b> Comercial, venda na segunda-feira <b>R\$ 6,536</b>	<b>Capital de giro</b> Na segunda-feira <b>6,54%</b>	<b>CDB</b> Prefeito 30 dias (ao ano) <b>3,33%</b>	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %) Novembro/2020: 0,89 Dezembro/2020: 1,35 Janeiro/2021: 0,25 Fevereiro/2021: 0,86 Março/2021: 0,93
--	--	---	--	--	--	---	--

**CONJUNTURA /** Desequilíbrio nas contas públicas, dólar caro e pandemia sem controle aumentam insegurança de investidores em relação à economia do país. Para analistas, situação brasileira contrasta com melhora da atividade econômica em países desenvolvidos

# Inflação alta deve levar BC a subir juros

» VERA BATISTA

Os especialistas ouvidos pelo Banco Central no Boletim Focus elevaram, pela quarta semana seguida e pela 16ª vez no ano, as projeções para a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano. A alta foi pequena, de 5,01% para 5,04%, mas a expectativa está cada vez mais distante do centro da meta (3,75%), definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). E reforçou a convicção de que o banco Central deve elevar a taxa básica de juros, nesta quarta-feira, em 0,75 ponto percentual, para 3,50% ao ano.

Inflação e juros em alta são o reflexo de que a situação no país se mantém fora dos trilhos e que as incertezas e desconfianças dos investidores em relação ao equilíbrio fiscal e ao controle da pandemia não recuaram. Se, por um lado, o cenário doméstico não ajuda, por outro, as notícias vindas do exterior — com o avanço da atividade nos países desenvolvidos e a expansão dos gastos — aprofundam ainda mais as dificuldades internas. “É a tempestade perfeita, que vem sendo agravada pela desvalorização do real ante o dólar”, diz Carlos Pedrosa, economista-chefe do Banco MUFG Brasil.

Pedrosa lembra que o preço da gasolina explodiu: já subiu 18%, em 2021. “Mas outros itens também interferiram na inflação, como o trigo, entre outros alimentos. É por isso que o Banco Central tem que se preparar, já que as expectativas são de melhora no crescimento no segundo semestre, com mais emprego, mais renda, mais consumo e, claro,

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press - 23/12/20



Preço das commodities, como petróleo e derivados, provoca alta no custo de vida. Gasolina subiu 18% apenas em 2021 para o consumidor

mais inflação”, afirma. O economista prevê que os juros encerrarem 2021 em 5,5% ao ano.

Para que esse patamar se concretize, o BC terá que dar um impulso nos juros, com alta, nessa quarta, de 0,75 ponto percentual; mais três seguidas de 0,50 ponto percentual; e mais duas de 0,25 ponto percentual. “Medidas que devem estar aliadas ao maior controle da pandemia no segundo semestre, avanço nas reformas e maior rigor no controle fiscal”, reforça Pedrosa.

Flavio Serrano, economista-chefe da Greenbay Investimentos,

reforça que a inflação, no curto prazo, vai continuar pressionada pelo aumento do preço da energia elétrica, dos preços administrados e das commodities (mercadorias com cotação internacional). “Se, em abril, o IPCA ficou em 0,60%, em maio deverá se situar em 0,70%. A partir do segundo semestre, a tendência é de que a inflação vá para o centro da meta. Mas vai depender do BC. De três altas consecutivas de 0,75 ponto percentual nos juros”, diz Serrano.

Na análise de Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa In-

vestimentos, o BC “tem que se mostrar austero”, diante da elevação dos preços dos combustíveis e dos alimentos — além de produtos como minério de ferro e artigos de residência. “Os juros sobem, enxugam a liquidez, o consumo fica mais caro e os investimentos, mais atrativos. Mas essa também é uma política perigosa, diante das dúvidas sobre a saúde fiscal do país e do andamento das reformas estruturais. Precisamos restabelecer a confiança. Há muitos receios no ar, principalmente em relação à política”, diz Sanchez.

O economista Cesar Bergo, sócio-investidor da Corretora OpenInvest, assinala que, apesar do contexto de insegurança, o IPCA-15 (prévia da inflação) veio abaixo das expectativas (0,60% em abril). “Pode ser uma demonstração de que os juros tendem a cair. Mas os sinais estão trocados. O que mais preocupa é o IGPM (32,02% nos últimos 12 meses encerrados em abril), que se descolou do IPCA. Se o IGPM, que mede os preços no atacado subiu tanto com a economia fraca, uma hora isso vai se refletir no varejo, por meio de repasse de preços”, observa Bergo.

## Conta de luz mais cara

» ALEXIA OLIVEIRA\*  
» FERNANDA STRICKLAND\*

A conta de luz vai subir em maio. Na última sexta-feira, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou a aplicação da bandeira vermelha nas tarifas, neste mês, o que vai implicar um acréscimo de R\$ 4,169 a cada 100 kWh consumidos. Isso acontece porque os reservatórios das hidrelétricas estão muito baixos, e as termelétricas, que produzem energia mais cara, foram acionadas para garantir o abastecimento.

O aumento terá impacto no custo de vida. “Quem consome 200 kWh, terá um adicional de R\$ 8,338, ou seja, uma família com salário mínimo de R\$1.100, vai desembolsar, só na bandeira vermelha 0,76% do salário”, explicou o economista Hugo Passos.

“O valor da luz só aumenta. A água é do mesmo jeito. Tem pessoas passando fome e outras no escuro, pois não têm renda para pagar”, disse o servidor público Raimundo Nonato, 72 anos, residente em São João dos Patos (MA).

Moradora de Valparaíso (GO), a empresária Alessandra Lima também reclama. “Sempre pagamos valores muito altos, por volta de R\$ 400, outras vezes R\$ 300, e aqui em casa só residem três pessoas”, contou.

\*Estagiárias sob supervisão de Odail Figueiredo



Raul Velloso

“O ponto central a considerar é a perspectiva concreta de assistir a algo inimaginável, de que vários entes tenham seus espaços para investir completamente zerados em poucos anos”

## Hora e a vez de ajustar a previdência pública (2)

As autoridades parecem não querer notar, mas enquanto a pandemia ocupa os corações e as mentes da maioria, o ponto nevrálgico do desempenho econômico brasileiro nos últimos anos é a desabada dos investimentos em infraestrutura, especialmente na esfera pública. Sem investir, a economia não cresce, e como não há como substituir parte relevante dos investimentos públi-

cos pelos privados, esse problema tem de ser diagnosticado e atacado de frente.

Segundo o IBGE, do final dos anos 1960 até 2019, a razão entre o investimento público de todas as esferas e o PIB caiu de 5,4% para 1,5% do PIB, ou seja, quase quatro vezes em termos reais, enquanto o PIB crescia apenas à média de 1,1% ao se aproximar a fase da pandemia, algo inacreditável para

um país que já teve épocas áureas de destinação de recursos públicos a essa finalidade, e cujo PIB crescia lá atrás à média de 7% ao ano.

Do início dos anos 2000 para cá, identico duas razões básicas para tal queda: uma é a disparada dos déficits previdenciários, que vem tomando espaço cada vez maior dos investimentos nos orçamentos públicos de todas as esferas, algo que comecei a discutir em minha coluna de 20/4, e a outra, que vale apenas para a União, é o chamado teto dos gastos, cujo valor total só pode crescer no máximo à taxa de inflação do ano anterior. Como os investimentos são o item menos rígido dos orçamentos públicos, tem cabido a eles o maior ônus do ajuste.

Se mantivermos o foco da análise sobre os regimes próprios (RPPS) dos estados e municípios, veremos que seus déficits previdenciários consolidados dispararam na direção de R\$ 111 bilhões, ou 1,5% do PIB, até 2019, marca três vezes superior à atingida em 2011, quando medida em percentagem do PIB, em face de reajustes salariais e contratações ocorridas no passado, além de razões demo-

gráficas, e em que pese o enorme esforço (porém insuficiente) de reforma que vem sendo levado a efeito desde o final dos anos 1990.

Em decorrência disso, a “perna fraca”, ou os investimentos consolidados desses mesmos entes, desabaram do pico de 1,9% do PIB em 2010 para a marca de 1% do PIB em 2019 (cerca de R\$ 74 bilhões), um pouco mais da metade daquele outro valor em termos de percentagem do PIB. Aqui, o ponto central a considerar é a perspectiva concreta que temos hoje de assistir a algo inimaginável para muitos, de que vários entes tenham seus espaços para investir completamente zerados em poucos anos à frente, a continuarem as tendências atuais de maiores déficits previdenciários mesmo considerando reformas importantes, porém de efeito aquém do ideal. O que implica a necessidade de um esforço adicional de mudança de elevada monta.

Na coluna do dia 20 mostrei que os déficits dos RPPS são bem maiores do que os do RGPS (regime geral), quando medidos corretamente, por aqueles terem nascido como mera extensão do regime de

personal ativo ou como um prêmio para a inatividade, só começando a ganhar forma real de regime previdenciário cada vez mais próximo do RGPS a partir da Emenda 20/98, inclusive pelo início da capitalização como veículo importante do custeio dos benefícios. Falei também da segregação gradativa e “inteligente” (ou seja, que minimize o “custo de transição”) de massas de servidores em dois grupos, um de repartição simples e o outro de capitalização, com redirecionamento gradual do primeiro para o segundo, quando o déficit previdenciário já está suficientemente elevado, por falta de ação eficaz prévia. Outras medidas adotadas foram as primeiras iniciativas de aportes de ativos aos fundos de previdência e a aprovação de contribuições patronais suplementares para ajudar no pagamento da conta, sem falar na exigência de um “certificado de regularidade” (CRP) que comprove que o ente está no caminho certo, sob a dura pena de se suspenderem as transferências voluntárias da União para o ente em falta.

Quanto ao equacionamento definitivo, a Emenda 103/19, última reforma previdenciária de peso

aprovada entre nós, poderia ser uma peça decisiva. Ainda que bastante relevante, sua aplicação não se estendeu automaticamente aos entes subnacionais, a não ser, basicamente, o aumento da contribuição mínima dos servidores de 11% para 14%. Tudo o mais por ela introduzido terá de ser aprovado nas assembleias de cada ente, incluindo a possibilidade de os segurados participarem do rateio do pagamento da alíquota patronal suplementar. Outros pontos importantes foram a obrigatoriedade de implementar a previdência complementar, que nasceu lá atrás no bojo da Emenda 20/98, tendo como referência o teto do RGPS, mas até há pouco quase nada se havia feito ao amparo dela, o que agora terá de ser concluído até o final de 2021, prazo que também valerá para aprovar o CRP e um plano de equacionamento para valer.

Sendo assim, e para a maioria dos senhores governadores e prefeitos, mãos à obra para darmos um passo decisivo na direção de evitar a catástrofe da zerragem dos investimentos em seus orçamentos.

**FINANCEIRA BRB** BRB-CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. **GDF**

**DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO**  
JORGE PEDRO DE LIMA FILHO, portador do CPF nº 354.072.474-53, DECLARA, nos termos do art. 6º, do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na BRB-Crédito, Financiamento e Investimento S.A., CNPJ nº 33.136.888/0001-43. ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar, no campo “Assunto”: Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB. Selecionar, no campo “Destino”: o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**  
Deorf - Gerência Técnica no Recife (GTREC)  
Brasília, 30/04/2021

CMYK

